

MATERNIDADE E REPRESENTAÇÕES: Um estudo de caso acerca das representações sociais de mães, participantes do grupo virtual de mães, sobre a maternidade em contexto de pandemia

Laura Alice Leandro Barbosa¹
Andreza Aparecida Rocha²

Resumo: Este é um estudo referente às representações sociais das mães que participam de grupos virtuais de mães sobre a maternidade em contexto de pandemia. Caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, partindo da questão norteadora: Como as mães, que participam de grupos virtuais de mães representam socialmente a maternidade em contexto de pandemia? Este trabalho teve como objetivo geral compreender as representações sociais das mães, que participam dos grupos virtuais de mães, sobre a maternidade no contexto de pandemia. A fim de contextualizar a temática, a pesquisa definiu o conceito da teoria das representações, apresentou, de forma sucinta, o histórico sobre a construção social da maternidade e descreveu as influências da pandemia no exercício da maternidade. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, realizada com nove mães, participantes de grupo virtuais para mães, na rede social Facebook. A análise de dados desenvolveu-se a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin. Os resultados da pesquisa indicaram que as representações sociais relacionadas ao papel social da mãe em contexto de pandemia, de maneira geral, empregam à maternidade um sentido de ambivalência, tais como: divino/peso; sobrecarga/rede de apoio, o que é verificado nas falas das colaboradoras que trazem relatos, ora de realização ora de peso, e também pela antinomia apoio e sobrecarga, causando impacto na saúde mental das mães e manifestações de sintomas físicos e emocionais.

Palavras-chave: Representações sociais; Pandemia; Sobrecarga Materna; Saúde mental.

Abstract: This is a study on the social representations of motherhood present in the reports of mothers participating in virtual groups of mothers about motherhood in the context of a pandemic. A qualitative research, a case study type, was carried out, based on the guiding question: How do mothers, who participate in virtual groups of mothers, socially represent motherhood in the context of a pandemic? Considering that the Social Representations lead to classify and interpret aspects of daily life in order to create a common reality, this work had the general objective of describing the influences of the pandemic in the exercise of motherhood and in order to contextualize the theme, the research defined the concept of the theory of the representations, described the influences of the pandemic in the exercise of motherhood, and briefly presented the history of the social construction of motherhood. In the discussion of the results, Bardin's content analysis (2011) was carried out, about the speeches extracted from the transcript of the semi-structured interviews carried out with nine mothers participating in a given virtual group on the social network Facebook. The results of the research indicated that the social representations related to the mother's social role in the context of a pandemic, in general, use maternity to have a sense of ambivalence, which is verified in the statements of the collaborators who bring reports of accomplishment and overload.

Keywords: Social representations; Pandemic; Maternal Overload; Mental health.

¹ Graduando do curso Psicologia, da Faculdade Ciências da Vida, campus Z. lauralice22.la@gmail.com

² Mestre(a)em ensino e saúde; Professor do curso Psicologia, da Faculdade Ciências da Vida. andrezartdna@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Algumas das medidas adotadas para o enfrentamento da Pandemia do Covid-19 trouxeram mudanças no cotidiano das mães. Uma vez que a necessidade de isolamento social, entre outras consequências, impôs a aplicação de aulas remotas, limitou as opções de lazer e entretenimento das crianças, e, em alguns casos, propiciou a alteração do local de trabalho *home office*.

Essas mudanças ocasionaram um aumento nas tarefas usualmente designadas às mães. Consequentemente, iniciou-se ou agravou-se nelas um sentimento de sobrecarga. Ao somar-se a essa sobrecarga o medo de contágio, a preocupação com a questão econômica e financeira, e o receio advindo da insegurança quanto ao cenário pós-pandêmico, produziu um quadro favorável ao adoecimento mental das mães (OLIVEIRA, 2020).

Diante disso, o presente estudo visa compreender como as mães, que participam de grupos virtuais de mães, representam socialmente a maternidade no contexto de pandemia? Como objetivo geral este artigo visa compreender as representações sociais das mães, que participam dos grupos virtuais de mães, sobre a maternidade no contexto de pandemia. E afim de contextualizar a temática, a pesquisa pretende, quanto aos objetivos específicos, definir o conceito da teoria das representações, descrever sobre as influências da pandemia no exercício da maternidade, e apresentar, de forma sucinta, o histórico sobre a construção social da maternidade.

Visando responder à pergunta sobre quais as representações sociais as mães, participantes de grupos virtuais para mães, possuem sobre a maternidade no contexto de pandemia, utilizou-se, como arcabouço teórico, a Teoria das Representações Sociais (TRS). Essa possibilita a compreensão das representações sociais desenvolvidas por certo grupo sobre determinado objeto de representação. Compreende-se por representação social o conhecimento desenvolvido pelo senso comum, que irá determinar práticas sociais em relação ao objeto que se representa. Neste sentido, as representações sociais evidenciam a forma de pensar e agir desse grupo em relação ao objeto representado. Elas também caracterizam-se por possuírem um caráter cognitivo, identitário, afetivo e prático (MOSCOVICI, 1987).

O interesse da pesquisadora pela temática se deu a partir do exercício de sua função materna, que a direcionou a participar de páginas on-line voltadas para mães. Essa interação, assim como a observação dos relatos de mães de seu convívio, inquietou-a diante das percepções referentes ao cenário atual no qual muitas mulheres relatam sentir-se

sobrecarregadas. Muitas dessas, além de exercerem função remunerada fora da residência, são responsáveis por desenvolver trabalhos domésticos, cuidar de filhos, idosos ou outros parentes, e acompanhar a educação formal dos filhos.

Diante do exposto, esse estudo justifica-se pela necessidade de reflexão acerca do papel social da maternidade e suas implicações na saúde mental das mães. Dessa forma, espera-se que esse artigo contribua como material de base para aprofundar o estudo da temática e para análise de políticas voltadas para a saúde mental das mães.

Realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, de fins descritivos, do tipo estudo de caso. E foi utilizada, como instrumento metodológico, a entrevista semiestruturada, desenvolvida com as mães participantes de grupos virtuais sobre maternidade. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, realizada com nove mães participantes de determinado grupo da rede social *Facebook*, direcionado para mães. E a análise dos dados foi desenvolvida a partir da proposta de análise de conteúdo de Bardin (2011).

O presente artigo apresentou um capítulo referente ao Referencial teórico, que por sua vez se subdividiu em três tópicos. O primeiro, apresentou a teoria das representações sociais segundo os conceitos que permeiam a análise desse estudo. O segundo tópico tratou-se de um apanhado da história da maternidade e seus aspectos de naturalização do amor fraternal. Por fim, o terceiro tópico refere-se às influências da pandemia no exercício da maternidade, considerando os efeitos de intensificação da carga mental durante o período de isolamento social. O terceiro capítulo trata-se das estratégias metodológicas que conduziram este estudo. Já o quarto capítulo se propôs a realizar a apresentação, análise, e discussão dos resultados, onde se expôs o perfil sociodemográfico das colaboradoras. E posteriormente a análise dos dados codificados tabela -1. O quinto capítulo trouxe a análise e discussão dos resultados, o que foi subdividido em três momentos: o primeiro teve início na apresentação dos dados referentes as representações sobre a maternidade apresentando a análise sob a antinomia “realização” e “peso”, O segundo tratou-se das representações sobre a maternidade na pandemia enfatizando a correlação entre as US “Apoio” e “sobrecarga”, E o terceiro subtópico relacionado ao efeito emocional da pandemia tratando-se das manifestações de sintomas relacionadas à intensificação na carga mental, E finalmente, o sexto capítulo sobre as considerações finais sobre as representações sociais das mães, participantes de grupo virtuais de mães, sobre a maternidade em contexto de pandemia, sendo a maternidade representada ora como uma realização ora como peso, e se tratando da maternidade no

contexto de pandemia pelas ambivalências apoio e sobrecarga. Essas representações têm implicações na saúde mental dessas mães, que expressam impactos na sua rotina pessoal e nas manifestações de sintomas físicos e emocionais. Por fim, apresentou-se possível tema a ser abordado em estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Segundo Chamon, Lacerda, Marcondes (2019), a Teoria das Representações Sociais (TRS) surgiu com a publicação da tese *La psychanalyse, son image et son public*, em 1961, de Serge Moscovici, quando o autor buscava compreender de que forma a população se apropriava das ideias difundidas pela Psicanálise, tornando esse conhecimento parte do senso comum da comunidade.

A teoria surgiu como uma ideia que buscava romper com a dicotomia dos estudos da época que, por um lado, apresentava uma perspectiva individual (Psicologia), e por outro, uma perspectiva social (Sociologia). Tendo como plano de fundo a Psicologia Social, que entende a socialização enquanto elemento formativo do indivíduo (SPINK, 1993 apud ROCHA, 2018), a TRS compreende que as representações partem do contexto em que o sujeito está inserido, mas também entende que determinado arranjo social organiza seu conhecimento e cria suas representações de forma ativa e autônoma. As representações sociais surgem exatamente a partir dessa troca entre o externo e o interno, que se dá na relação social entre sujeito e objeto.

Para Moscovici (1978, apud CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2019), as representações sociais são uma forma de conhecimento produzida pela comunidade a partir da apropriação que essa opera sobre o conhecimento científico, e tem função prática para os indivíduos conhecerem, se organizarem e guiarem suas ações em sociedade. Tal conhecimento é compartilhado pelos indivíduos e é mantido por meio da comunicação de massa, da arte, como música, filmes, desenhos, etc. Por essas funções descritas, tal conhecimento é tomado pelo indivíduo enquanto realidade, ou seja, essas ideias construídas acerca da realidade, mesmo que correspondam à realidade de fato, tornam-se a realidade para esse indivíduo. Zucco e Ferreira (2018), citando Leme (1993), defendem que a função das representações é tornar o estranho familiar ao sujeito.

Entretanto, vale destacar que as representações, ainda que elaboradas pelo senso comum, diferentemente do conhecimento científico, são igualmente válidas, pois possuem

relevância ao esclarecer a respeito de tal contexto social estudado e por ser base de construção de tal contexto, ou seja, trata-se de um conhecimento prático elaborado pela comunidade (MOSCOVICI, 2003, apud CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2019). Para explicitar isso, Moscovici conceitua os universos consensual e reificado, onde o primeiro diz sobre o conhecimento subjetivamente produzido, e o segundo, objetivamente produzido. As representações sociais visam, então, romper com esses determinismos e representar a dialética entre eles, ou seja, o ponto de encontro e troca entre os dois (MAZZOTTI, 2008 apud CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2019).

Segundo Moscovici (2012 apud CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2019, p. 454), um objeto torna-se representação se atender a dois critérios: “[...] o primeiro deles é que esteja ausente para os sujeitos, e segundo, que esse objeto seja significativo e represente um conflito para o grupo”. Para a formação das representações sociais, é necessário também que haja: 1) falta de informação para compreender o objeto; 2) interesse por esse objeto, especificamente por aspectos dele que tenham familiaridade com o repertório de representações dos indivíduos, 3) necessidade dos indivíduos de se posicionar frente ao objeto, mesmo sem conhecimento suficientemente produzido sobre ele.

Existem também duas formas sob as quais se formam: a ancoragem e a objetificação. A ancoragem refere-se a um processo por meio do qual algo estranho, torna-se familiar ao indivíduo a partir do momento em que esse “categoriza” esse objeto, ligando-o a representações já existentes e que possuem algo em comum com essa percepção inusitada. Dessa forma, os indivíduos podem se familiarizar com esse objeto ao absorvê-lo enquanto parte dessa determinada categoria de semelhantes (CHAMON; CHAMON, 2007 apud CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2019). Por sua vez, a objetificação é um processo em que os indivíduos transformam algo subjetivo em algo objetivo, por meio da palavra. Assim, o que antes era uma imagem subjetiva, passa a ser realidade objetiva (MOSCOVICI, 2010 apud CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2019).

Rocha (2018, p. 43) citando Spink (1993) e Vilas Boas (2010), destaca que a objetificação acontece em três etapas, sendo elas: “a) seleção construtiva ou descontextualização da informação; b) criação do núcleo do esquema figurativo; c) naturalização que se caracteriza por transformar os elementos dessa imagem figurativa em elementos da realidade”. Ou seja, é um processo onde há uma apropriação de determinados aspectos de uma teoria, a formação imaginante dessa estrutura que era conceitual e, por fim, o processo sob o qual essa formação figurativa se torna parte da realidade (SÁ, 1993 apud

ZUCCO; FERREIRA, 2018). Devido à formação desse núcleo figurativo, segundo Chamon, Lacerda e Marcondes (2018), citando Moscovici (2010), é que os estudiosos podem obter facilmente dados acerca de determinada sociedade, entendendo como funciona a interferência do social no cognitivo e vice-versa.

Moscovici, na contramão das teorias tradicionais, não desenvolveu uma teoria rígida, o que possibilitou diversas formas de abordagem e compreensão referentes ao objeto de representação. Dessa forma, considerando o enfoque deste trabalho, adotou-se a abordagem societal como instrumento para análise do objeto, de acordo com a descrição de Almeida (2009). Segundo esta autora, a abordagem societal visa ser um método experimental, que leva em consideração que as respostas dos sujeitos são baseadas em representações sociais construídas em grupo (DOSIE, 1982 apud ALMEIDA, 2009).

Assim, a análise ocorre a partir de quatro níveis: a) intraindividual: que diz como o sujeito organiza as próprias experiências; b) interindividual: como o sujeito interage; c) intergrupar: que lugar o sujeito ocupa nas relações; d) societal: quais representações sociais vigentes na sociedade em que vive (ALMEIDA, 2009). Nesse sentido, foram utilizados tais conceitos para endossar os resultados encontrados sobre as RS das mães em contexto de pandemia.

2.2 RECORTE SOBRE A MATERNIDADE

Resende (2017), citando Poster (1979), defende que a formação da família é uma construção social, ao observar as diferentes formatações que essa teve ao longo da história. Essas formações diferem-se a partir do contexto sócio-histórico e geográfico em que estão inseridas.

Fazendo uma retomada histórica, tem-se, nos séculos XVI e XVII, o modelo de família aristocrática, que era composta por “parentes, dependentes, criados e clientes” (ARIÈS, 1986), sem uma clara diferenciação dos adultos para as crianças, sendo essas consideradas adultas logo que cresciam fisicamente. Nesse modelo, a mãe não tinha muita participação na criação das crianças.

Após a Revolução Industrial e o século XIX, a família tomou um novo formato: o da família burguesa. Essa, caracterizava-se por uma maior atenção e cuidado com as crianças. Dentre esses cuidados, constava a proteção do mundo dos adultos e o desenvolvimento educacional. Outra importante característica desse padrão de família é a divisão sexual de tarefas, sendo as paternas direcionadas ao ambiente externo ao doméstico, voltada para o

provimento financeiro e o direcionamento da autoridade, muitas vezes imposta. Já as atividades maternas foram limitadas ao ambiente doméstico e orientada para o provimento afetivo-emocional. O amor materno passou a ter um maior foco (ARIÈS, 1986). Apesar de, até os dias de hoje, o amor materno ser tomado como natural e/ou divino, Resende (2017), citando Moreira (2009) e Badinter (1985), defende que a existência das famílias aristocráticas, onde esse amor tinha diferentes expressões, prova que esse amor é um mito, criado devido à necessidade do Estado de reduzir a mortalidade infantil e preparar as crianças para serem futuras mãos de obra. Vale destacar que esse amor não era/é inexistente, mas a forma que assume é uma construção mutável. As mães, então, se viram num lugar de devoção integral aos filhos, o que era entendido como sendo de sua natureza e condição para sua realização (BADINTER, 1985). Da mesma forma, no caso de qualquer patologia no desenvolvimento da criança, a culpa era delegada à essa mãe (RAUTER, 1987).

Ao citar o contexto brasileiro, na época colonial, Venâncio (2002) destaca que havia um número alto de abandono de bebês e crianças, fato esse que era visto com indignação por parte dos colonizadores, pois o Brasil passava por um momento onde era necessário rápido desenvolvimento e aumento populacional. Por isso, o Estado e a Igreja tomaram medidas para encorajar a reprodução e cuidado das crianças.

O desenvolvimento industrial capitalista modificou as estruturas de interação social e, conseqüentemente, encontrou resistência e contraposição a partir dos movimentos sociais. Também, em território nacional, houve a disseminação de ideias sobre o cuidado das crianças como desígnio da mulher, enquanto ficou delegado ao homem a responsabilidade de prover a casa. As mulheres ficaram limitadas às tarefas domésticas e maternas. A maternidade foi também tomada, no contexto brasileiro, enquanto desejável, natural, divina, ainda que fosse uma construção com fins econômicos e políticos (BADINTER, 1985; VENÂNCIO; 2002; MOREIRA, 2009 apud RESENDE, 2017).

Entretanto, com o acontecimento das Guerras Mundiais e a consolidação do capitalismo, já no fim do século XIX, surgiu a necessidade de as mulheres assumirem postos no mercado de trabalho (MOREIRA, 2009). A maternidade, então, passou a ser representada como “felicidade, plenitude, realização, completude”. No entanto, conciliar a maternidade com a profissão e o cuidado doméstico se tornou “difícil, e até sofrido” (MIRANDA, SILVA, SHITSUKA, 2019). Também na modernidade, surgiram os movimentos feministas, que questionaram a maternidade enquanto parte da natureza feminina, colocando que o amor materno é fruto de uma relação construída entre a mãe e a criança, e não do instinto

puramente. A maternidade, na contemporaneidade, passou, então, a ser uma escolha e não uma imposição (SCAVONE, 2001 apud RESENDE, 2017).

Na atualidade, cresce o número de mulheres que optam por não ter filhos, ou decidem por ter filhos depois dos estudos e a consolidação da carreira profissional. Assim, as gravidezes se tornam mais planejadas, o que resulta num grande investimento das mães no bom desenvolvimento dos filhos. Esse, na atualidade, é tomado a partir de uma perspectiva naturalista, que se inicia desde a gestação e defende e populariza o parto natural e humanizado, a amamentação e a presença da mãe nos primeiros anos de vida do filho (em detrimento das creches) (BADINTER, 2011 apud RESENDE, 2017).

Entretanto, mesmo com o advento da maternidade como escolha e do adiamento da maternidade, ainda é dominante na sociedade discursos que, apesar de valorizarem a formação acadêmica e profissional da mulher, ainda entendem que sua função primordial é ser mãe. Além disso, Badinter (2011 apud RESENDE, 2017) também destaca que esses discursos tomam um modelo hegemônico de maternidade, ignorando o fato que cada mulher tem uma vivência maternal própria, subjetiva.

De acordo com Muniz e Veneroso (2019), citando Kergoat (1978, 2010), não obstante às escolhas da mulher em relação à maternidade, torna-se necessário avaliar a ideia de consubstancialidade, que diz respeito à relação entre gênero e classe nos fenômenos estudados. Em seu estudo (2019), esses os autores concluem que a inserção de mulheres pobres no mercado de trabalho é afetada diretamente pela maternidade (tanto mais negativo quanto maior o número de crianças em casa). As mulheres ricas, por sua vez, têm condição de pagar por cuidados domésticos e aos filhos e podem continuar se dedicando à profissão (GUPTA, 2016 apud MUNIZ; VENEROSO, 2019).

A Conjugalidade apresenta-se também como um fator de importante influência sobre as representações e experiências alusivas à maternidade. Até meados do século XX, no Brasil, a mulher tinha seus direitos civis, sexuais e reprodutivos sob tutela do homem (pai ou marido). Já na segunda metade desse século, com o advento do Estatuto da Mulher Casada, a Lei do Divórcio, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil de 2002, houve uma maior visibilidade no cenário social dos diferentes arranjos familiares, assim como o reconhecimento do papel paterno na criação dos filhos em nome da igualdade de gênero e garantia dos direitos das crianças (BORGES, 2020). Tornou-se comum, então, as famílias monoparentais, compostas por um dos pais e seus descendentes.

2.3 PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Desde o fim de 2019, com origem na China, o novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19, tem se espalhado pelos continentes mundiais, ocasionando uma pandemia mundial, decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em março de 2020 (AQUINO et al., 2020). Segundo a OMS, em 1º de abril de 2021, globalmente, acumularam-se ao menos 129,2 milhões de casos e ao menos 2,8 milhões de mortes. Desses casos, o Brasil carrega ao menos 12,7 milhões, ficando em segundo lugar como país com maior número de casos, atrás apenas dos Estados Unidos, com 30,1 milhão de casos. Quanto ao número de mortes, até abril de 2021, o Brasil acumulou 321,515 óbitos.

Para o enfrentamento da pandemia e proteção da população, foi necessário que as pessoas e países tomassem algumas atitudes, sendo elas: rastreamento e isolamento de casos positivos; adoção do uso da máscara facial e o distanciamento social, que impõe proibição de eventos em massa e aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, sendo a população encorajada a permanecer dentro de casa, saindo apenas para realizar atividades essenciais relacionadas à alimentação e a saúde (AQUINO et al., 2020).

Devido ao cenário pandêmico atual, houve uma intensificação das tarefas em relação aos cuidados e afazeres domésticos, pois os serviços que serviam como rede de apoio, como creches e escolas, se encontram fechados em razão do isolamento social, o que leva à hipótese de que as responsabilidades referentes ao lar automaticamente caíram sobre as mães.

Quando pensamos no papel de mãe, socialmente imaginamos aquela mulher que está disponível para as necessidades daqueles que precisam dela. É também socialmente delegado à mulher o lugar do cuidado. Não é por acaso que profissões associadas ao cuidado são historicamente destinadas às mulheres, como, por exemplo, domésticas, babás, cuidadoras de idosos, enfermeiras e professoras. São esses papéis que se destinam às mulheres e, aquelas que ousam avançar nas suas carreiras, passam por diversos julgamentos, como explica Badinter, ao criticar concepções segundo as quais o “papel” da mãe é o de ser subserviente aos filhos e cuidados com a família (SILVA et al., 2020, p. 152)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), no ano citado, as mulheres que se encontravam em trabalhos formais gastavam cerca de 18,5 horas semanais realizando trabalhos relacionados ao cuidado ou tarefas domésticos, enquanto os homens na mesma situação ocupavam apenas 10,3 horas semanais. Quando levado em consideração pessoas do gênero feminino e masculino que não realizavam trabalhos fora de casa (com empregos formais), as mulheres trabalhavam 11,8 horas a mais do que os homens

(SILVA et al., 2020). Esses números são dados coletados de um contexto anterior à situação de Pandemia, o que permite refletir sobre em um provável aumento das estatísticas durante o período de isolamento social. Tais dados corroboram com os relatos das experiências vividas pelas colaboradoras em relação à maternidade no contexto pandêmico.

3 MATERIAIS E MÉTODO

Conforme Lakatos e Marconi (2010), metodologia é o agrupamento de atividades racionais e sistemáticas usadas em pesquisa científica que, ao definir os meios para coleta e análise de dados, possibilita chegar a um fim desejado de forma segura e econômica, detectando erros e auxiliando as decisões na pesquisa. Assim, para responder os objetivos e problema deste projeto, adotou-se, como metodologia, uma pesquisa de natureza descritiva, com fins qualitativos.

Para os autores, a pesquisa descritiva visa realizar uma descrição dos dados com propósitos de desenvolvimento de hipóteses, aumento da familiaridade do pesquisador com o objeto pesquisado e o esclarecimento de conceitos (LAKATOS; MARCONI, 2010). A caracterização como qualitativa ocorre devido ao limite em extensão da pesquisa, conferindo mais vantagem na profundidade do tratamento dos dados coletados. Inicialmente, com objetivo de estruturar uma leitura analítica para elaboração do referencial teórico e análise de resultados da pesquisa, foram realizados fichamentos de artigos e obras científicas com os principais tópicos da pesquisa abordados nos materiais selecionados.

Quanto aos meios, adotou-se como método o estudo de caso. Por meio desse, realizou-se uma leitura seletiva, para identificar e expor, sucintamente, os diversos fatores que envolvem o tema abordado. De acordo com Gil (2008), o procedimento do estudo de caso “[...] Consiste no estudo profundo e exaustivo de muitos ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]” (GIL, 2008, p. 54).

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. De acordo com Moreira et al. (2007), trata-se de um método espontâneo, em que o entrevistador realiza algumas perguntas predeterminadas apoiadas na sua teoria, e o entrevistado tem a liberdade para explorar o assunto, de forma flexível, sem necessariamente seguir fielmente o roteiro. Segundo Minayo (1994), a entrevista possibilita o alcance de informações por meio da fala individual, sendo essa uma porta-voz dos conjuntos de valores, normas e símbolos, a qual transmite ao entrevistador as representações sociais de determinados grupos.

As entrevistas foram realizadas por meio de vídeo-chamadas, levando em consideração as medidas de distanciamento social vigentes nesse período de pandemia. Inicialmente, a entrevista contou com um levantamento sociodemográfico (idade, profissão, número de filhos, idade dos filhos, sexo, com quem reside). As demais questões elaboradas para a entrevista levaram em conta o embasamento teórico da investigação e as informações que o pesquisador recolheu sobre o fenômeno social (TRIVIÑOS, 1987).

O critério de inclusão para a seleção das participantes se deu a partir da participação dessas em grupos de mães na rede social Facebook. A escolha pelo grupo ocorreu por se reconhecer que o coletivo possui capacidade de promover a identificação, troca de papéis, desencadeando, a partir deste contato com as outras pessoas, um processo de aprendizagem (PICHON-RIVIÈRE, 1998). Ressalta-se ainda que nos grupos surgem ou são mantidas as representações sociais. Dessa forma, a partir de postagens da autora referente ao tema, identificaram-se vinte respostas que apresentavam relatos de experiências referentes ao tema. Posteriormente, a pesquisadora entrou em contato de forma individual com cada mãe, apresentou a proposta do estudo e solicitou participação. Dessas, nove aceitaram colaborar com o estudo. As entrevistas foram agendadas e, a partir da leitura, envio e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram desenvolvidas por chamadas gravadas e, posteriormente, transcritas, para desenvolvimento da análise.

Por fim, para fazer o tratamento dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo proposto por Bardin. Segundo Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo é uma totalidade de técnicas utilizadas para o tratamento de dados, que consistem “[...] na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens”, e na criação de indicadores que revelem conhecimento acerca dos fatores envolvidos e relacionados a essas mensagens.

A fim de aprofundar a compreensão sobre as Representações Sociais das mães, participantes de grupo on-line, sobre a maternidade no contexto de pandemia, a análise dos dados coletados desenvolveu-se sob a perspectiva da análise de conteúdo proposta por Bardin, que se constitui em três etapas: pré-análise e exploração do material, tratamento dos dados, inferência e interpretação.

A etapa da pré-análise configura-se pela organização e leitura das transcrições das entrevistas. Essa leitura possibilita um reconhecimento dos dados e a percepção de sentidos que se mostram frequentes nas respostas dos entrevistados. Já a etapa de exploração do material possibilita a codificação dos dados. Assim, a princípio, foram identificados os sentidos que constituem as unidades de sentido (US); em seguida, foram observados o

contexto no qual esses sentidos surgem e distintas as unidades de registro (UR), que correspondem aos trechos dos relatos que abarcam as US, nomeadas anteriormente. Por fim, ainda nessa etapa de análise, as US foram agrupadas, o que permitiu oferecer corporeidade às categorias. Por fim, a terceira e última etapa da análise possibilitou, a partir da categorização, tratar os dados por meio da interpretação e inferência.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesse capítulo, apresentam-se a análise e os resultados dos dados obtidos na pesquisa. Inicialmente, exibe-se o perfil sociodemográfico das colaboradoras identificadas nesse estudo pelos códigos: C1, C2, C3, assim, sucessivamente. Com informações sobre idade, estado civil, quantidade de filhos, e se realizam algum trabalho formal ou remunerado. Com o intuito de uma melhor visualização do perfil das mães participantes, a descrição das características sociodemográficas apresentadas foi organizada no Quadro 1, a seguir

Quadro 1 – Perfil das colaboradoras quanto à identificação, idade, estado civil, quantidade de filhos, trabalho formal ou remunerado

Identificação	Idade	Estado Civil	Quantidade de filhos	Trabalho formal/remunerado
C1	21	Solteira	1	Não se aplica
C2	21	Divorciada	1	Maquiadora
C3	23	Solteira	1	Não se aplica
C4	32	Casada	2	Enfermeira
C5	34	Casada	2	Pedagoga
C6	34	Casada	2	Não se aplica
C7	36	Solteira	1	Não se aplica
C8	39	Casada	1	Diretora Administrativa
C9	50	Casada	2	Diretora Escolar

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Conforme apresentado no quadro acima, participaram da pesquisa nove mães, com idades entre 21 e 50 anos. Quanto ao estado civil, 55,56 % são casadas. Já em relação à

ocupação, 44,44% se declaram do lar e 55,56 % possuem trabalho formal ou remunerado. Dentre esses, destacam-se: maquiadora, enfermeira, pedagoga, diretora escolar e diretora administrativa. A porcentagem das colaboradoras que possuem dois filhos é de 55,56% e demais possuem 1 filhos.

Com base no desenvolvimento etapas de análise, propostas, por Bardin (2011) foram identificadas três categorias: “Experiência com a maternidade”, “Maternidade e pandemia” e “Efeito emocional”. Tais categorias e suas respectivas unidades de sentido estão dispostas na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1. Categorias, Unidades de Sentido (US), Frequência Absoluta (FA) e Frequência Relativa (FR)

CATEGORIAS	US	FA	FR
EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE	REALIZAÇÃO	13	7,06%
	PESO	15	8,15%
TOTAL DA CATEGORIA		28	15,22%
MATERNIDADE E PANDEMIA	APOIO	12	6,52%
	SOBRECARGA	31	16,85%
TOTAL DA CATEGORIA		43	23,37%
EFEITO EMOCIONAL	IMPACTO	15	8,15%
	MANIFESTAÇÕES	6	3,26%
TOTAL DA CATEGORIA		21	11,41%
TOTAL DAS CATEGORIAS		184	99,99%

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

De acordo com a Tabela 1, é possível identificar que a categoria “Maternidade e Pandemia” apresenta maior intensidade nos relatos das colaboradoras (23,37% da FR dos dados apresentados). Esses dados referem-se às vivências das mães entrevistadas acerca da maternidade no contexto da pandemia. Nessa categoria, foram identificadas duas unidades de sentido (US): “Apoio” (6,25% FR) e “Sobrecarga” (16,85% FR), essa de maior intensidade. A segunda categoria a apresentar maior expressividade foi a “Experiência da Maternidade” (15,22% de FR), responsável por agregar dados em relação à identificação das colaboradoras sobre o que é a maternidade. Em suas US “Peso” e “Realização”, obteve-se a proporção de 8,15% e 7,06% da frequência relativa, respectivamente. A terceira categoria distinguida foi “Efeito Emocional”, que diz respeito à situação mental das mães durante o momento pandêmico. Embora essa categoria tenha apresentado menor intensidade nos relatos com uma FR de 11,41% dos dados, não apresentou um grande distanciamento na intensidade expressa pela categoria que a antecede, “Experiência da Maternidade”, que obteve 15,22% de FR. As US que se distinguiram na terceira categoria foram: “Impacto”, que apresentou 8,15% da frequência relativa, e a US “Manifestação”, com uma FR 3,26%.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1 REPRESENTAÇÕES SOBRE MATERNIDADE

De acordo com Marková (2006), as representações sociais são constituídas pelas antinomias que são transmitidas pelas gerações culturais e compõem o campo representacional. Neste sentido, é possível identificar na Tabela 1, a presença desta dualidade, o que caracteriza o polo representacional. Conforme se observa nesta tabela, tanto a categoria “Experiência da Maternidade, quanto a categoria “Maternidade e Pandemia” constituem-se a partir de antíteses .

A categoria Experiência da maternidade estabelece-se sob a antinomia “realização” e “peso”, essa última com maior intensidade. A ambivalência identificada nos relatos referentes à pergunta sobre o que significa ser mãe foi apresentada ora pelo sentimento de realização, ora pelo sentimento de peso e responsabilidade. Ressaltam-se aqui dois recortes dos relatos

das entrevistadas sobre as representações sociais que abordam sobre a maternidade relacionada à “Realização”:

“Para mim, ser mãe é uma realização pessoal enquanto mulher”; (C1)

“Ser mãe, para mim, é uma dádiva divina [...]”. (C3)

Nessas falas, pode-se analisar que, para as mães entrevistadas, a maternidade refere-se a uma benção divina, um privilégio, algo naturalmente esperado por toda mulher.

Assim como explicitado na discussão teórica desse artigo, vemos que a maternidade representa um patamar de realização pessoal enquanto mulher, que vem da noção histórica de que a mulher biologicamente está destinada a ser mãe (BADINTER, 1985; VENÂNCIO; 2002; MOREIRA, 2009 apud RESENDE, 2017). Trata-se de uma representação, segundo Moscovici (2012 apud CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2019, p. 454), pois torna o conflito, o desconhecido, algo familiar para o sujeito. Os mesmos sem compreenderem de forma científica, elaboram um conhecimento baseando no senso comum e se identificam com ele. Assim, não mais o questionam, tornando-o uma verdade, por meio da qual irão direcionar seus posicionamentos emocionais e sociais. Em contraposição ao exposto, no outro polo representacional encontra-se a ideia de maternidade vivenciada como “peso” apresentou (8,15% FR), como mostra a Tabela 1. As mães entrevistadas relacionaram a maternidade com um constante sentimento de preocupação com o futuro. Atrelado a esse sentimento, relataram também sofrer com a autocobrança e cobranças externas relacionadas às escolhas tomadas em relação aos filhos e suas escolhas pessoais, o que pode ser percebido nesses trechos dos relatos das colaboradoras:

“Me cobrei muito e fui cobrada” (C4)

“Preciso deixar meus filhos em casa para trabalhar, e muitos não entendem”(C1)

“Acham que a mãe é a única responsável pelo bem-estar do filho. Nós que temos que dar conta de tudo” (C6)

Pode-se perceber, nessas falas, um sentido de antítese em relação à realização, ou seja, há uma contradição de sentidos, pois, ao mesmo tempo em que relatam o processo da maternidade como algo “bom”, expõem também uma sobrecarga enfrentada nesse processo, mudando suas visões quando se pensa no papel de ser mãe. Isso confirma o que defende Badinter (2011 apud RESENDE, 2017), quando diz que a maternidade é colocada como tarefa

primordial da mulher, secundarizando outras atividades que elas realizam em outros contextos.

Porém, apesar dessas dificuldades, as mães não deixam de descrever a maternidade a partir de uma perspectiva positiva, levando à hipótese de que tal significação se dá pelo fato de a cobrança social esperar que as mulheres tenham uma visão positiva da maternidade, e que, com isso, a mesma seja vista enquanto uma benção divina, não podendo ter uma associação ruim atrelada a essa responsabilidade. Badinter (2011 apud RESENDE, 2017) coloca que mesmo com transformações nas representações sobre maternidade ao longo da história, ainda é hegemônica a ideia da maternidade como prioridade da mulher. Diante disso, considera-se que a exigência social sobre uma maternidade ideológica pode compreender fatores que influenciam as representações que as mães têm sobre a maternidade e a respeito da sobrecarga sofrida em contexto de pandemia. Para Moscovici (1978, apud CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2019), como citado no primeiro tópico da discussão teórica, essas representações construídas socialmente se tornam uma verdade para o indivíduo.

5.2 REPRESENTAÇÕES SOBRE MATERNIDADE NA PANDEMIA

A categoria de maior expressividade no nosso estudo (23,37%FR), como mostra a Tabela 1, diz respeito à conciliação “Maternidade e Pandemia”, expõe uma correlação entre as US “Apoio” e “sobrecarga”, relatadas pelas mães. Esse fato é constatado nos relatos das participante,

“Tenho uma rede de apoio que me auxilia enquanto estou fora, mas que se não contratasse alguém, sobraria tudo para eu fazer, pois meu marido não faria”; (C2)

“Minha mãe me ajuda e, quando precisa, meu irmão (ajuda)” (C5)

mas alega, em outro momento da entrevista, que o cuidado com a filha é dela, e maior parte das tarefas da casa também.

”Sou responsável por tudo em casa, brinco, alimento, dou banho, fazemos as atividades da escolinha, passeio.” (C5)

assim se dá também noutros relatos, onde a sobrecarga aparece como um fator de forte expressividade.

Essa sobrecarga pode ser justificada pela ausência de uma divisão igualitária de tarefas. A partir desse resultado, pode-se observar, como consequência, a geração de dois tipos de sobrecarga: a primeira correspondendo aos cuidados com os filhos e a outra aos afazeres domésticos. Os dados desta pesquisa correspondem a um público de mães cuja maior porcentagem é composta por mulheres casadas e todas as entrevistadas afirmaram que a carga maior dos filhos e da casa são delegadas a elas (OLIVEIRA, 2020).

Esses dados permitem pensar sobre a construção da maternidade e o lugar de ocupação do feminino na sociedade. Nesse contexto, pode-se perceber que um dos grandes desafios da maternidade em tempos de pandemia é conseguir conciliar as multitarefas, sem contar com alguma rede de apoio efetiva, e tendo que lidar com as representações sociais sobre um ideal de mãe. Isso condiz com os autores Muniz e Veneroso (2019), citando Kergoat (1978, 2010), ao mencionarem a consubstancialidade entre gênero e maternidade.

Em corroboração a esses apontamentos, foi constatado também, nessa categoria, a ausência de colaboradoras que acreditam na divisão igualitária de tarefas, seja na sua casa ou de pessoas do seu convívio. Vários fatores relatados pelas entrevistadas devem ser considerados em relação a esse resultado, sendo que algumas dessas mães declararam que os maridos trabalham fora ou ajudam minimamente. Vale ressaltar ainda que, apesar do presente estudo não ter como foco a discussão sobre as diferenças sociais de gênero, essas fazem parte da história da maternidade, explicitada no segundo tópico da discussão teórica desse artigo.

Portanto, como exemplo, destacam-se os seguintes relatos

“Com as pessoas que eu convivo é a mesma coisa: não tem essas
“Certamente devido à nossa cultura machista”;(C7)

“Devido à nossa cultura mesmo, onde temos muito machismo, os
cuidados da casa e filhos ficam pra nós mulheres”(C,6)

. A partir disso, nota-se que o gênero se torna uma maneira de indicar as “construções sociais”, a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres (CANGIANI; HELOANI, 2010 p. 177). É o contato com essas representações sócias que, segundo Chamon, Lacerda e Marcondes (2018), citando Moscovici (2010), os pesquisadores pode entender a influência do social no subjetivo dessas mulheres.

Das nove mães entrevistadas, 55,56% possuem trabalho formal ou remunerado, como registrado no Quadro 1 desta análise. As mesmas trabalharam parte do período pandêmico em

home office, e encontraram dificuldades na conciliação do serviço e filhos em estudo remoto, como mostram as seguintes falas:

“O que mudou foi em relação às aulas da minha filha, que agora são on-line e preciso dar suporte maior”(C8)

“A adoção do trabalho remoto faz com que ultrapassemos os horários resolvendo pendências”(C2)

Dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) “apontam que 7 milhões de mulheres saíram do mercado de trabalho, deixaram o emprego ou foram demitidas, na primeira quinzena da pandemia, sendo um dos principais motivos não terem com quem deixarem seus filhos” (SILVA et al., 2020, p. 153).

Esses dados estão de acordo com a realidade apresentada pelas mães colaboradoras desse estudo, o que pode ser identificado nas falas dessa entrevistada: “[...] como fiquei só metade do tempo em *home office* e as aulas não voltaram, ela fica um período do dia sozinha em casa”; “No meu serviço, várias amigas tiveram que deixar os filhos com parentes ou babás”. Como colocam Miranda, Silva, Shitsuka, (2019), desde a necessidade da mulher em ocupar cargos no mercado de trabalho, torna-se difícil conciliar profissão e maternidade. De acordo com os dados e relatos, é ainda maior a dificuldade no contexto da pandemia.

5.3 EFEITO EMOCIONAL DA PANDEMIA

A categoria “Efeito emocional”, presente neste estudo, conforme mostra a Tabela 1, corrobora com as ideias do tópico anterior. As mães colaboradoras vêm apresentando sintomas de estresse, angústia, cansaço e pressão, sentimentos relacionados às emoções que envolvem a maternidade durante essa vivência única. Essas manifestações de comportamentos foram relacionadas pelas mesmas à intensificação na carga mental, junto ao aumento de tarefas e a falta de uma rede de apoio sólida, como demonstram os seguintes relatos:

“Acho que por não terem muito ajuda, acaba que estão sobrecarregadas com todos os afazeres”;(C2)

“Tem havido muitas demandas para dar conta” (C3)

“É uma responsabilidade muito grande. Nós, mães, temos que dar conta de tudo”; (C6)

“Se preocupar com a casa, filhos, atividades escolares, marido, familiares e o abalo que está sendo perder tantas vidas”.(C1)

A partir dos relatos apresentados neste estudo, fica evidente que, durante o isolamento social, as responsabilidades das mães entrevistadas aumentaram. Se, antes, conciliar as atividades profissionais e cuidados com as crianças e com a casa (MIRANDA, SILVA, SHITSUKA, 2019), era um trabalho dificultoso, agora, com menos redes de apoio, essas mães precisam de um esforço ainda maior para conseguir lidar com todas as tarefas geradas em função do contexto atual. Liga-se isso com as representações sociais anteriormente citadas, da maternidade enquanto tarefa primordial e única da mulher, que deve ser vista como uma realização natural e divina, mesmo que precise ser conciliada com a profissão e fazeres domésticos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do desenvolvimento dos objetivos, a saber: definir o conceito da teoria das representações; apresentar o histórico sobre a construção social da maternidade e; descrever sobre as influências da pandemia no exercício da maternidade, acredita-se que foi possível alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, e compreender como as mães participantes dos grupos sociais de mães representam socialmente a maternidade no contexto de pandemia.

Primeiramente, através da introdução à Teoria das Representações Sociais, entendemos que as representações sociais são um tipo de conhecimento construído coletivamente, tomando referências do senso comum e do conhecimento científico, para que os indivíduos consigam entender e atuar sobre seu contexto. Em seguida, ao descrever a construção sobre a maternidade durante a história, percebemos que a mesma passa por diversas transformações, adquirindo novos significados atrelados ao contexto social de cada período. Portanto, concluímos que a maternidade não é do campo do biológico, do natural, mas do campo do social, assim, sendo representado socialmente de diferentes formas. Atualmente, mesmo com maior possibilidade de escolha da mulher sobre a maternidade e maior foco na carreira acadêmica e profissional, ainda é hegemônica a ideia de maternidade enquanto tarefa primordial da mulher.

A discussão realizada a partir das entrevistas demonstrou que as representações sociais das colaboradoras acerca do que é ser mãe foram apresentadas de maneira ambivalente: se por um lado a maternidade é colocada como uma realização, em outro momento é apresentada atrelada a um sentimento de culpa e cobranças. O trabalho da maternidade envolve momentos de alegria, mas também de tristeza e culpabilização.

Em resposta ao objetivo dessa pesquisa, os dados apresentados a respeito da conciliação maternidade e pandemia trouxeram uma associação da ausência de uma rede de apoio efetiva com a sobrecarga sofrida por essas mães. Destaca-se, ainda, que as categorias referentes à maternidade, em contexto geral e em contexto de pandemia, apresentaram como polo mais intenso peso e sobrecarga, o que aponta para as dificuldades dessas mulheres diante da maternidade.

A sobrecarga apareceu em dois contextos: no cuidado com os filhos e nos afazeres domésticos. Outro fator apresentado foi que, apesar dos dados terem revelado uma sobrecarga significativa, a terceira categoria, denominada “Efeito emocional”, presente na pesquisa, foi a que obteve menor intensificação. A partir da observação desses dados, pode-se pensar em uma falta de aceitação por parte das mães em relatar a respeito do esgotamento mental que sofrem no dia a dia, por receio dos julgamentos, de modo a desconsiderar seus limites físicos e emocionais. Ou ainda questionarem a representação vigente sobre a maternidade, de que a maternidade é algo divino e que, por isso, não se deve questioná-la.

Salienta-se a necessidade de compreender os valores, crenças e ideias relacionadas à maternidade não somente como um influenciador social, mas também impactante na saúde mental das mães, uma vez que as representações sociais influenciam no modo de viver e agir das mesmas. A partir da maternidade exercida em contexto geral, identificaram-se representações sociais ora de realização ora de peso. Já em contexto de pandemia, a maternidade foi representada pela antinomia apoio e sobrecarga. Essas representações, que implicam em práticas sociais, influenciam a saúde emocional dessas mães que representaram esse contexto por meio dos impactos em suas rotinas, devido à pressão em conseguir conciliar as tarefas diárias, de maneira a cumprir com todas as responsabilidades de forma satisfatória, resultando, conseqüentemente, em manifestações de sintomas tais como cansaço, estresse e ansiedade, diante da impotência de não dar conta de tudo.

Por fim, sugere-se, como trabalhos futuros, o aprofundamento na temática, e a ampliação da pesquisa, com mães em diferentes nichos de atuação, como empreendedoras, do lar, acadêmicas e trabalhadoras formais, sendo realizado posteriormente um comparativo dos resultados sobre as representações da maternidade, afim de que, este estudo, e outros futuros, possam se desdobrar no desenvolvimento de políticas públicas ou nas melhorias dessas para o atendimento mais integral das mães.

REFERENCIAS

ALMEIDA, A. M. de O. Abordagem societal das representações sociais. **Soc. estado.**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713-737, Dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922009000300005>.

AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 25, suppl 1, p. 2423-2446. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>>. Acesso em: 02 abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>.

BADINTER, E. Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.] Palavras-chave: Análise do conteúdo; Dados qualitativos; Análise de dados.

BORGES, L. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre a maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**. v. 1, n. 1, mai. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/download/36872/21118>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

CANGIANI FABBRO, Márcia Regina and MONTES HELOANI, José Roberto. Mulher, maternidade e trabalho acadê. Invest. Educ. enferm [online]. 2010, vol.28, n.2, pp.176-186. ISSN 0120-5307.

CHAMON, E. M. Q. O.; LACERDA, P. G.; MARCONDES, N. A. V. Um breve revisar de literatura sobre a teoria das representações sociais. **Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.**, Londrina, v. 18, n. 4, p. 451-457, 2017. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/index.php/ensino/article/view/4063>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MARKOVÁ, Ivana. Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Tradução: Hélio Magri Filho. Original em Inglês, 2003. P.132-168.

MARIANO, J. C.; CARDOSO, A. C.; SILVA, F. A.; HENRIQUES, W. M. Famílias contemporâneas, monoparentalidade e a experiência da maternidade solo. **Revista Científica UMC**. v. 5, n. 3, dez, 2020. Disponível em: <<http://seer.umc.br/index.php/revistaumc/article/view/1483/935>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MIRANDA, C. R.; SILVA, P. C. D.; SHITSUKA, R. Representações em torno da maternidade: do elogio à crítica social. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 10, 2019. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1307>>. Acesso em: 2 abr. 2021. doi: 10.33448/rsd-v8i10.1307

MUNIZ, J. O.; VENEROSO, C. Z. Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil. **Dados**,

Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, 2019. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582019000100300&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2021.
<https://doi.org/10.1590/001152582019169>.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A ESPACIALIDADE ABERTA E RELACIONAL DO LAR: A ARTE DE CONCILIAR MATERNIDADE, TRABALHO DOMÉSTICO E REMOTO NA PANDEMIA DA COVID-19. Revista Tamoios, [S.l.], v. 16, n. 1, maio 2020. ISSN 1980-4490. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50448>. Acesso em: 02 jun. 2021. Doi:<https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50448>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. WHO Coronavirus (COVID-19). 2021. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

RESENDE, D. K. Maternidade: uma construção histórica e social. **Pretextos** – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas. v. 2, n. 4, p. 175-191, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15251/11732>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

ROCHA, A. A. Representações Sociais dos Profissionais da Rede de Atendimento e Proteção Social Sobre Famílias de Crianças e Adolescentes que Sofreram Violência. Orientador: Paulo Afrânio Sant'Anna. 2018. 223p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação Ensino em Saúde. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina. 2018.

ZUCCO, J. D.; FERREIRA, A. T. As representações sociais e o indivíduo como parte da sociedade. In: Congresso Interdisciplinar de Comunicação, Mídia e Sociedade. 17. 2018. Santa Catarina. Anais eletrônicos de Comunicação Social. Santa Catarina: Unoesc, 2018. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/aecs/article/download/19720/10455#page=15>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SILVA Vol.8, N.3, Set. – Dez. 2020 • www.feminismos.neim.ufba.br

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos da metodologia científica. 7ª.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

MINAYO, M. C. S. (org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis – Rio de Janeiro, Vozes, 1994. MINAYO, M. C. S.

